LETRAMENTO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

ELIZABETE DOS REIS SILVA E SILVA

RESUMO

Alfabetização é um conceito muito discutido no campo educacional. Ao longo do tempo passou por diversas transformações em seus aspectos teóricos e metodológicos. Com objetivo de superar a visão mecânica do conceito de alfabetização que se remete a habilidades de codificar e decodificar, surge o conceito de letramento, definido como a apropriação da leitura e da escrita para uso social. Apesar de indissociáveis, ambos os conceitos são distintos, necessitando assim de um melhor esclarecimento sobre os mesmos. Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo favorecer o entendimento dos conceitos de alfabetização e letramento e, com isso, contribuir para uma maior reflexão acerca das teorias e práticas que norteiam o processo de alfabetização na escola. Nesse cenário, torna-se essencial um estudo sobre as práticas pedagógicas na perspectiva do letramento que norteiam todo o trabalho educativo na escola

Palavras chave: Alfabetização. Letramento. Práticas

INTRODUÇÃO

O conceito de alfabetização sofreu, ao longo do tempo, inúmeras transformações tanto teóricas como metodológicas. É comumente definido como o aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação.

Esse processo não pode ser resumido apenas na aquisição das habilidades de codificar e decodificar, mas também, na capacidade de interpretar e produzir conhecimento.

Muitos desafios estão presentes no processo de alfabetização, os professores e a escola como um todo, encontram dificuldades para o seu desenvolvimento, tanto nos aspectos emocionais e afetivos como em problemas de comportamento, desenvolvimento cognitivo, orgânico e motor, ou seja, questões que vão além dos muros da escola.

No entanto, buscando superar um conceito de alfabetização no qual esse processo é caracterizado de forma mecânica e sem sentido que não atende as reais necessidades do indivíduo enquanto ser reflexivo e atuante, surge o conceito de letramento que pode ser entendido como a apropriação da leitura e da escrita para uso social, influenciando assim de forma política, social, econômica e cultural na vida dos sujeitos.

O termo letramento representa uma dimensão mais ampla do conceito de alfabetização. Sugere a discussão acerca da necessidade de compreender as práticas pedagógicas como um conjunto de atividades expressadas por determinado grupo social, em diferentes aspectos da vida, demonstrando a necessidade de uma diversidade de atividades para os mais diferentes grupos por meio das funções e usos da língua.

É possível compreender o letramento como a busca de informações e conhecimentos através de leituras de diferentes gêneros textuais, como ler para seguir instruções, usar a escrita para se orientar no mundo, descobrir a si mesmo pela leitura e pela escrita.

Apesar de conceitos indissociáveis, alfabetização e letramento são práticas diferentes, podendo gerar conflitos pedagógicos caso tais conceitos não estejam claramente definidos no ato educativo.

Ao compreender efetivamente ambos os conceitos são importantes que os educadores tenham a clareza das práticas pedagógicas que favorecem a alfabetização na perspectiva do letramento bem como o conceito de currículo e sua construção, o que norteia o trabalho educativo e a função social da escola.

Atrelado a isso a escola como um todo e o professor em especial devem estar atentos às possíveis dificuldades de aprendizagem que os alunos podem apresentar, pois são questões que influenciam diretamente no sucesso ou fracasso do processo de alfabetização e ensino e aprendizagem como um todo buscando assim apoio em especialistas e estratégias específicas para cada caso.

Com o objetivo de clarear as definições dos termos alfabetização e letramento bem como evitar confusões conceituais, a presente pesquisa busca contribuir para uma maior reflexão acerca das teorias e práticas que norteiam o processo de alfabetização na escola bem como para uma aprendizagem significativa para os alunos.

ALFABETIZAÇÃO

A compreensão acerca do conceito de alfabetização está relacionada ao aprendizado do alfabeto e de sua utilização como código de comunicação. Pode ser definido ainda como um processo no qual o indivíduo constrói a gramática bem como suas variações.

Tal processo não pode ser resumido apenas na aquisição das habilidades mecânicas de codificação e decodificação do ato de ler, mas na capacidade de interpretar, compreender, criticar, resignificar e produzir conhecimento.

Na ideia de Gourlat (2014) no decorrer do processo de alfabetização é possível adquirir conhecimento fundamental para o processo de escolarização como um todo, atrelado ao valor social da leitura e da escrita e para a inserção dos indivíduos no mundo da escrita.

Além disso, envolve também novas formas de existência e participação política, que se relacionam à compreensão das diferentes linguagens sociais e à possibilidade de transformação dessas linguagens.

Ferreiro (1996) destaca que a aprendizagem da escrita evolui, não sendo necessário estabelecer relação desde o início entre letras e sons, mas é tardia a descoberta de que a escrita representa a fala.

Outro aspecto importante nesta evolução refere-se ao aspecto conceitual da escrita. Para que os alunos descubram o caráter simbólico da escrita, é preciso oferecer-lhes situações em que a escrita se torne objeto de seu pensamento. Este aprendizado é considerado fundamental, ao lado de outras habilidades.

Num primeiro contexto, o sucesso do ato de alfabetizar se restringe aplicação de técnicas que objetivam a descoberta da escrita a partir da estrutura da fala. Dessa prática mecânica surgiram alguns dos métodos de alfabetização mais utilizados nas salas de aula em todo mundo.

Soares (2004) explica que, no Brasil, até os anos 80, a alfabetização escolar foi marcada por uma alternância entre métodos, entre sintético e analítico, porém, sempre com o mesmo pressuposto, ou seja, de que para aprender o sistema de escrita, a criança dependeria de estímulos externos selecionados ou artificialmente construídos, com o objetivo de dominar esse sistema, considerado condição e pré-requisito para que a criança desenvolvesse habilidades de uso da leitura e da escrita, isto é, primeiro, aprender a ler e a escrever, para só depois atribuir complementos a esses verbos, como ler textos, livros, escrever histórias, entre outros.

Para Soares (2004, p.3),

Em ambas as opções, porém, a meta sempre foi a aprendizagem do sistema alfabético e ortográfico da escrita; embora se possa identificar, na segunda opção, uma preocupação também com o sentido veiculado pelo código, seja no nível do texto (método global), seja no nível da palavra ou da sentença (método da palavração, método da sentenciação), estes – textos, palavras, sentenças – são postos a serviço da aprendizagem do sistema de escrita: palavras são intencionalmente selecionadas para servir à sua decomposição em sílabas e fonemas, sentenças e textos são artificialmente construídos, com rígido controle léxico e morfossintático, para servir à sua decomposição em palavras, sílabas, fonemas.

Nesse sentido, percebe-se que as mudanças conceituais e metodológicas ocorridas ao longo da história no ensino da língua escrita, na alfabetização no início da escolarização enfatizava-se fundamentalmente a aprendizagem do sistema convencional da escrita.

O método sintético preserva a correspondência entre o oral e o escrito, entre som e a grafia. O que se destaca neste método é o processo que consiste em partir das partes do todo, sendo letras os elementos mínimos da escrita. O método analítico insiste no reconhecimento global das palavras ou orações; a análise dos componentes se faz posteriormente (FERREIRO & TEBEROSKY, 1985, p.19).

Ao tratar da alfabetização na corrente mecanicista entende-se que tal prática concentra-se exclusivamente no desenvolvimento das habilidades específicas de codificar e decodificar o código escrito. Esse processo sugere dois pressupostos essenciais: a compreensão da escrita como um código que transcreve a fala e a concepção de que o aprendizado da escrita dar-se-ia por meio de experiências que promovessem a descoberta da relação entre a escrita e a fala.
Para Senna (1995, p.224 apud Portes e Senna p.204-205, 2012),
A alfabetização mecanicista é estritamente instrumental – uma fase anterior e imprescindível à própria escolarização do indivíduo, pois, por meio dela, objetiva-se exclusivamente garantir ao aluno a possibilidade de ter acesso à língua da escola: a forma escrita da língua oral.

De certa forma, os métodos tradicionais de alfabetização inicial consistem num processo no qual o professor transmite seus conhecimentos aos seus alunos.
Porém, Duarte e Rossi (2008) explicam que muitos desses professores não estão capacitados para compreender algumas dificuldades que a criança enfrenta antes de entender o verdadeiro sentido da leitura e escrita.

LETRAMENTO
Na busca por caminhos para enfrentar os desafios acerca dos entraves relacionados à educação e, aprofundar o entendimento dos fundamentos teóricos e das diretrizes para o processo de alfabetização, surge o conceito de letramento em meados da década de 1980 ganhando destaque, porém, no cenário educacional brasileiro, na década de 1990 com alguns estudos representativos nessa época.

Assim, por um lado, é necessário reconhecer que alfabetização – entendida como a aquisição do sistema convencional de escrita – distingue-se de letramento – entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais: distinguem-se tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e linguísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos. Tal fato explica por que é conveniente a distinção entre os dois processos. Por outro lado, também é necessário reconhecer que, embora distintos, alfabetização e letramento são interdependentes e indissociáveis: a alfabetização só tem sentido quando desenvolvida no contexto de práticas sociais de leitura e de escrita e por meio dessas práticas, ou seja, em um contexto de letramento e por meio de atividades de letramento; este, por sua vez, só pode desenvolver-se na dependência da e por meio da aprendizagem do sistema de escrita (SOARES, 2004, p.2).

O letramento se refere à apropriação da leitura e da escrita para uso social, influenciando assim de forma política, social, econômica e cultural na vida dos sujeitos ou grupos que se apropriam da escrita, fazendo com que esta se torne parte de suas vidas como meio de expressão e comunicação.
O sujeito torna-se usuário da leitura e da escrita na vida social. Pode-se dizer assim que, letrado é alguém que se apropriou suficientemente da escrita e da leitura para usá-las com propriedade, garantindo uma participação mais atuante e reflexiva nas diversas situações sociais.
De acordo com Soares (2003), o termo letramento ampliou o sentido do que tradicionalmente se conhecia por alfabetização. Surgiu como uma condição para sobrevivência e conquista da cidadania, no contexto das transformações culturais, sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. Letramento não deve ser definido necessariamente como o resultado de ensinar a ler e a escrever, mas sim, como o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um sujeito como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Letramento é palavra e conceito recentes, introduzidos na linguagem da educação e das ciências linguísticas há pouco mais de duas décadas. Seu surgimento pode ser interpretado como decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da es-

crita que ultrapassem o domínio do sistema alfabético e ortográfico, nível de aprendizagem da língua escrita perseguido, tradicionalmente, pelo processo de alfabetização. Esses comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquirindo visibilidade e importância à medida que a vida social e as atividades profissionais tornaram-se cada vez mais centradas e dependentes da língua escrita, revelando a insuficiência de apenas alfabetizar – no sentido tradicional – a criança ou o adulto (SOARES, 2004, p. 96-97).

O surgimento de tal conceito pode ser visto como resposta a uma necessidade de compreender e nomear comportamentos e práticas sociais na área da leitura e da escrita que vão além do domínio do sistema alfabético e ortográfico, tradicionalmente tratado como processo de alfabetização.
Assim, é possível considerar que letrar é direcionar, conduzir a criança ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita, é inseri-la ao campo das letras em seu sentido e contexto social, é fazer com que a criança tome gosto pelo hábito de ler, e a alfabetização compreende a decodificação e assimilação dos signos linguísticos; alfabetizar está em inserir a criança para a prática da leitura, ou seja, fazer com que se aprenda a ler, mas isso não implica em criar hábito da leitura, pois sabemos que há sujeitos alfabetizados que necessariamente não tomam gosto pelo hábito de ler, ou não leem com frequência, dizemos portanto que não basta alfabetizar a criança, é preciso letrá-la ou conduzi-la aos diversos tipos de expressões textuais, é capacitar a criança a criar relações com práticas de leitura e escrita, é compreender e questionar, sobretudo fazer a chamada leitura do mundo a partir de suas práticas sociais (MELO, 2013, p.1).

É importante ressaltar que não existem indivíduos sem algum tipo de letramento, pois, todas as pessoas fazem de alguma forma, uso da escrita e de sua prática social, independente de condição socioeconômica ou intelectual.
Na ideia de Soares (2004) à medida que a vida social e as atividades profissionais tornaram-se cada vez mais dependentes da língua escrita tais comportamentos e práticas sociais de leitura e de escrita foram adquirindo importância, revelando a insuficiência de apenas alfabetizar, tradicionalmente falando
Acrescenta que em consequência, tal visibilidade traduziu-se em duas possibilidades: ou uma adjetivação da palavra alfabetização (alfabetização funcional - expressão bastante difundida) ou em tentativas de ampliação do significado de alfabetização como por afirmações como “alfabetização não é apenas aprender a ler e escrever”, “alfabetizar é muito mais que apenas ensinar a codificar e decodificar”.
Entretanto, provavelmente devido ao fato de o conceito de letramento ter sua origem em uma ampliação do conceito de alfabetização, esses dois processos têm sido frequentemente confundidos e até mesmo fundidos. Pode-se admitir que, no plano conceitual, talvez a distinção entre alfabetização e letramento não fosse necessária, bastando que se ressignificasse o conceito de alfabetização (como sugeriu Emilia Ferreiro em recente entrevista concedida à revista Nova Escola, n. 162, maio 2003); no plano pedagógico, porém, a distinção torna-se conveniente, embora também seja imperativamente conveniente que, ainda que distintos, os dois processos sejam reconhecidos como indissociáveis e interdependentes (SOARES, 2004, p.2).

ALFABETIZAZÃO E LETRAMENTO NA ESCOLA
É evidente a compreensão de que o processo de letramento começa muito antes de a criança entrar na escola, através das experiências diárias, porém, a instituição de ensino é o local onde ocorre a efetivação do processo de alfabetização culturalmente entendido como a habilidade de ler e escrever. Melo (2013) afirma que a escola é o local onde o sujeito aprende a ler e a escrever, e que essa instituição funciona como uma escada para subir na vida. Assim, o ensino do letramento sugere questionamentos sobre a visão de que se deve compreender as estruturas linguísticas e seu papel social diante de um contexto geral de mundo, ou seja, os efeitos da linguagem em suas práticas so-

ciais.
Acrescenta que,

Entendendo isso, compreendemos que cabe à escola unir os conceitos de linguagem e interferência desta com o mundo e também cabe a ela alicerçar esse conceito como a proposta do letramento num entendimento de que esse aluno é um sujeito social e que aprende e tem função social. Enfim, estabelecendo essa relação do aluno como sujeito social, a escola está desempenhando seu papel de ensinar à criança não apenas a leitura habitual da escola, mas levá-la a aprender a ler o mundo (MELO, 2013, p.2).

Dessa forma, no ambiente escolar, os agentes do processo precisam refletir acerca das práticas pedagógicas e metodologias tomando por base além do conceito de letramento, mas seu conteúdo, ou seja, como transformar em prática o que é, na teoria, apenas um conceito.

Nesse contexto, torna-se essencial, que a escola considere as experiências vivenciadas pelos alunos fora do seu ambiente, tais aprendizagens externas devem ser relacionadas aos conteúdos trabalhados em sala de aula e ressignificados de acordo com a realidade e necessidades dos alunos.

A aprendizagem da língua escrita só tem sentido se tal processo favorecer a inclusão dos sujeitos nas práticas sociais da linguagem bem como na sua participação política e crítica na comunidade em que vive.

Na escola, é imprescindível que haja o planejamento das ações e das práticas pedagógicas. Os alunos precisam compreender, durante e ao final do processo de alfabetização e letramento, por que e para que utilizamos a escrita e sua relevância na vida social. Sendo assim, planejar o tempo, a mediação, os recursos e conteúdos no trabalho pedagógico é de total importância.
Assim numa alfabetização para letramento o ensino do código da escrita se fundamenta em contextos significativos para a criança colocando–as em contato com vários tipos de textos Ex.: outdoors, placas, anúncios, embalagens facilitando assim a aprendizagem e não em situações onde o ensino do código é de forma isolada e descontextualizada, pois assim a criança não vai compreender o significado da escrita. A função da escola é possibilitar ao aluno a continuidade da leitura de mundo que eles já possuem, pois, a criança traz para a escola um universo individual que deve ser estimulado e aproveitado pelo professor para introduzir a leitura da palavra escrita (SOUSA, 2004, p. 3).

O papel do professor, no processo de letramento, é essencial, sua prática deve estar centrada no incentivo diário e estímulo com relação à leitura no geral. Deve proporcionar contato com diversos tipos de textos, exercícios de interpretação e compreensão. Além disso, é importante utilizar materiais diversificados que tornam o aprendizado mais significativo e natural como livros, revistas, jornais, internet, jogos, entre outros.
Segundo Sousa (2004) é necessário que o alfabetizador conheça e compreenda a realidade de seus alunos e a linguagem que usam, além disso, deve desconsiderar seus saberes, embora não escolarizados.
Seu papel é de mediar a construção do conhecimento de acordo com o mundo em que o aluno vive e assim relacioná-lo com o restante do mundo de modo crítico e realista. Isso se chama leitura de mundo, que vem antes da leitura da palavra.
Enfim, numa sociedade influenciada pelas tecnologias da informação, a leitura e a escrita são objetos de inserção e participação das questões sociais, no entanto, para possibilitar que o educando seja um sujeito ativo na sociedade, a escola deve oportunizar desde o início da escolarização, que o aluno construa seu conhecimento num processo de alfabetização que considere suas vivências, que relacione os conteúdos a sua realidade, que desenvolva suas capacidades de argumentar, questionar, refletir, ou seja, promover a formação de um cidadão crítico e participante na sociedade (SOUSA, 2004, p.4).

O trabalho educativo deve relacionar temas do cotidiano aos conteúdos escolares, pois, dessa forma o aluno poderá argumentar e questionar, favorecendo assim o processo de ensino aprendizagem.
Um cuidado que o professor deve ter é o en-

sino, principalmente nas das séries iniciais, através do abstrato, pois essa faixa etária, necessita sentir, ver, mexer, manusear, contar, tudo mediante objetos concretos, ou seja, a criança além dos objetos manipulativos, necessita vivenciar o uso prático e social da linguagem no cotidiano.

Brandão (2004), ao refletir sobre a metodologia de alfabetização de Freire e o letramento, explica que é possível compreender a importância da indissociabilidade e simultaneidade destes dois processos. Em seu método de alfabetização, ele propõe que se parta daquilo que é concreto e real para o sujeito, tornando a aprendizagem significativa, mas utilizando também os mecanismos de alfabetização.

Freire cita em sua obra Pedagogia da Autonomia (1996), que quanto mais o sujeito amplia sua visão de mundo, mais se liberta da opressão, ou seja, o sujeito letrado que já possui seus conhecimentos prévios, com um determinado ponto de vista, quando alfabetizado, pode modificar seus pensamentos, ampliando-os de forma que passa a refletir criticamente sobre a prática social. Freire acreditava ser fundamental que as pessoas compreendam o seu lugar no mundo e sua função social nele.

O processo de alfabetizar na perspectiva do letramento é gradual. Nele a criança passa a descobrir o seu meio e se apropria de conhecimentos e habilidades que as norteiam ao longo da vida. Esse processo favorece a leitura do mundo feita pela criança ao mesmo tempo em que a prepara para enfrentar os impactos sociais do uso da leitura e da escrita fora da sala de aula (MOURA, MEDEIROS E MOURA, 2013).

O conceito de letramento vem ganhando muita relevância nos espaços de reflexão e discussão entre educadores. Nesse sentido é essencial conhecer e utilizar esse conceito como ferramenta pedagógica articulada nas práticas curriculares dos anos iniciais.

Sobre alfabetizar na perspectiva do letramento Moura, Medeiros e Moura, 2013, p.3 explicam:

A articulação entre estes dois conceitos deve estar presente na proposta curricular dos três primeiros anos do ensino fundamental, uma vez que é nessa etapa inicial que a criança tem contato e se apropria do sistema de escrita alfabético. Para tanto, é fundamental que as atividades sejam encaminhadas para estimular a apropriação do sistema alfabético simultaneamente às atividades de apropriação dos usos e das funções sociais da escrita, com reflexões sobre os diversos gêneros textuais que circulam socialmente, como: informativos, literários, narrativos, entre outros para que a criança possa ir reconhecendo e aprendendo que existem inúmeros textos com o qual podem trabalhar.

Atualmente, alfabetizar letrando tornou-se uma necessidade diante do cenário educacional e da realidade da sociedade contemporânea, não sendo mais suficiente somente alfabetizar, mais sim alfabetizar e letrar para que a criança desenvolva capacidades múltiplas de produção e interpretação textual e faça uso dessas habilidades nas práticas sociais e em contextos que envolvam a cultura escrita, para que o conhecimento seja ampliado ao longo da vida.

Freddi (2007) afirma que ao compreender os conceitos de alfabetização e letramento como um processo contínuo, ou seja, que vai se constituindo conforme a sociedade se desenvolve, torna-se essencial o estímulo da oralidade desde cedo para que impulsione este processo. A oralidade é uma produção cultural que se desenvolve conforme a língua que um sujeito traz consigo, diante da cultura em que vive, por isso se desenvolve por meio da interação coletiva com outros sujeitos.

Sobre a importância da oralidade acrescenta:

A todo momento os sujeitos estão em constante contato com a oralidade, então, desde que o bebê se encontra no ventre de sua mãe por exemplo está sendo estimulado pelos adultos a iniciar o processo de aquisição da oralidade, que se inicia por meio de conversas, cantigas e histórias. Através desses estímulos, começam a perceber que as coisas, os objetos e as necessidades básicas possuem uma denominação, e consequentemente surgem as primeiras tentativas de

expressar sua necessidade por meio da fala (FREDDI, 2007, p.14).

Esse estímulo, bem como os vínculos afetivos, serve como base para que, ao nascer, crescer e ingressar na Educação Infantil as crianças já sintam curiosidade e estejam instigados ao processo de alfabetização e letramento. É nesse processo que antecede o nascimento, que a oralidade vai se constituindo, contribuindo para o processo de alfabetização e letramento numa perspectiva de leitura de mundo.

Em seu crescimento e desenvolvimento, o indivíduo vai percebendo que tudo ao seu redor tem um significado e aos poucos inicia um processo de leitura de mundo, interpretando e conhecendo o espaço em que está inserido.

Para Freddi, 2007, isso significa que mesmo sem saber que um determinado objeto pode ser lido e tem uma grafia, o sujeito já entende e pode interpretar que o mesmo tem sua função. Cita como exemplo uma criança que necessita para dormir uma chupeta e, toda noite antes de deitar-se encontra este objeto para usá-lo. Esta criança mesmo sem saber que a chupeta possui uma grafia, interpreta e entende que objeto é este, e que é necessário para que possa dormir.

Além do estímulo à oralidade, são inúmeras as práticas que os professores podem adotar para promover a alfabetização e o letramento aos seus alunos.

Para tanto, o Blog da Pós Barão de Mauá (2018) apresenta três práticas que podem contribuir para o processo de alfabetizar letrando. São elas:

• Valorizar outros tipos de aprendizagem:

Nessa prática é importante que o professor tenha a mente aberta e valorize diversos tipos de aprendizagem, principalmente aquelas que sejam diferentes da tradicional cópia da lousa.

Como exemplo de atividade o professor pode promover a leitura de histórias infantis em roda, incentivar as crianças a contarem oralmente as histórias que escutaram em casa, pode declamar poesias enfatizando os sons e os ritmos das palavras, pode promover associações entre objetos, letras e sílabas.

• Identificar em que estágio os alunos estão:

Sabe-se que as crianças não aprendem todas do mesmo jeito e no mesmo tempo, cada criança tem o seu próprio ritmo de aprendizado. Algumas iniciam a escolaridade com contato maior e mais diversificado com o mundo letrado; existem outras, por outro lado, que demandam maior cuidado e atenção do professor, precisando ser inseridas no mundo da escrita.

Nesses casos, cabe ao professor saber identificar o nível de alfabetização e letramento da criança e guiá-las adequadamente no seu processo de aprendizado, levando em consideração a vivência e o contexto de vida em que cada criança se insere.

• Procurar métodos diferentes para os alunos que não estão aprendendo:

Algumas dificuldades que os alunos enfrentam podem ser resolvidas com uma maneira diferente de ensinar. Para os alunos que não estão aprendendo com as práticas atuais é necessário tentar outros métodos e diversificar os recursos didáticos.

A terceira prática sugerida acima requer um olhar mais atento do professo para seus alunos. Algumas crianças aprendem melhor assistindo às aulas, porém, outros são mais visuais, preferindo desenhar ou ver imagens. Outros, ainda, são mais táteis, preferindo mexer com massinha ou bloquinhos.

Diante de tantas diferentes dificuldades existentes é importante procurar métodos diferenciados que sejam adequados para cada aluno.

Além disso, é imprescindível que os profissionais da educação se atualizem e façam cursos de especialização e reciclagem, auxiliando, assim, no ensino de métodos eficazes para os novos tipos de alunos.

Contudo, se apesar dos esforços, os problemas de aprendizagem persistirem, torna-se essencial que a escola encaminhe os alunos que apresentam maior dificuldade para atendimentos especializados como apoio na descoberta do problema bem como no tratamento.

CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada ficou evidente a importância de uma melhor compreensão e esclarecimento acerca dos conceitos de alfabetização e letramento.

É essencial compreender que a alfabetização está relacionada à aquisição de habilidades de leitura e escrita, enquanto letramento se refere às práticas sociais que os sujeitos realizam diante das situações cotidianas que envolvem a língua escrita.

Na escola é importante que os alunos tenham contato com a função social da escrita, ou seja, que leiam e escrevam textos significativos.

Para o sucesso desse processo é importante que sejam planejadas atividades e ações que favoreçam a alfabetização na perspectiva do letramento através de práticas pedagógicas diversificadas e interessantes.

Assim, a presente pesquisa esclarece os conceitos, teorias e práticas relacionadas à alfabetização e letramento buscando com isso contribuir para que a alfabetização, no início da aprendizagem da escrita, possa se desenvolver em um contexto de letramento, através do desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e, além disso, que se compreenda que a alfabetização e letramento, devem ter tratamento metodológico diferente para com isso buscar o sucesso no ensino aprendizagem da língua escrita, falada e contextualizada tanto na escola como fora dela.

REFERÊNCIAS

BLOG DA PÓS. Alfabetização e letramento: conheça 3 melhores práticas. Barão de Mauá. Centro universitário de Ribeirão Preto. 2018. Disponível em: https://posbarao.com.br/blog-da-pos/alfabetizacao-e-letramento-conheca-3-melhores-praticas/. Acesso em 28 SET 2024.

BRANDÃO, C.R. O que é o método Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 2004.

FERREIRO, Emilia. Alfabetização em Processo. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.

FREDDI, N. Alfabetização e Letramento: organizando o trabalho pedagógico. Monografias Brasil Escolas. 2007. Disponível em: https://monografias.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/alfabetizacao-letramento-organizando-trabalho-pedagogico.htm. Acesso em 25 SET 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a uma prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOULART, C. M. A. O conceito de letramento em questão: por uma perspectiva discursiva da alfabetização. Bakhtiniana, Rev. Estud. Discurso [online]. 2014, vol.9, n.2, pp. 35-51. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S2176-45732014000200004. Acesso em 29 SET 2024.

MELO, V. S. Letramento e alfabetização: O papel da escola, a responsabilidade dos pais e professores no processo de transformar as crianças em indivíduos alfabetizados e letrados. Revista Língua Portuguesa, 2013. Editora Escala. Disponível em : http://conhecimentopratico.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/30/artigo219556-2.asp. Acesso em 15 SET 2024.

MOURA, J. P., MEDEIROS, H.H.H., MOURA, R. P. Letramento: a importância deste subsídio enquanto proposta curricular para os anos iniciais do ensino fundamental. 2013. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_1029_62532ce3244bdb464af8673d1bc8c7c8.pdf MOURA 2013. Acesso em 10 SET 2024.

PORTES, L. A.F.; SENNA,L. A. G. Por um construtivismo à brasileira. In: SENNA, L. A. G. (org.) Letramento: princípios e processos. Curitiba: InterSaberes, 2012. p.198-218.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Trabalho apresentado na 26° Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

SOARES, Magda. Alafabetização e Letramento: Caminhos e descaminhos. Artigo publicado pela revista Pátio – Revista Pedagógica de 29 de fevereiro de 2004, pela Artmed Editora. Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40142/1/01d16t07.pdf. Acesso em 02 OUT 2024.